

Constituinte adota medidas de segurança

A mesa da Constituinte baixará até o fim desta semana ato proibindo manifestações nos Salões Verde (Câmara) e Azul (Senado) e estabelecendo restrições ao acesso às galerias, que serão divididas entre jornalistas, convidados especiais e populares.

O corredor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), pretende exigir que seja feita uma revista nas pessoas que ingressam nas galerias. Todos os que estiveram no Congresso serão obrigados a usar cartão de identificação, excetuando-se somente os parlamentares e ex-parlamentares.

AMEAÇA

Os últimos incidentes ocorridos no Salão Verde da Câmara (próximo ao plenário), especialmente a troca de empurrões entre lavradores sem terra e fazendeiros da UDR, foram decisivos para a tomada de providências energéticas pela mesa da Constituinte. As informações existentes são de que em ambos os grupos várias pessoas estavam armadas, o que poderia ter consequências graves.

Os sem-terra chegaram, inclusive, a forçar a entrada do gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), fato levado ao conhecimento do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). A guarda do gabinete de Lucena teve de ser reforçada para evitar incidente grave. Vários parlamentares queixaram-se ao presidente da Constituinte que foram abordados e provocados por desconhecidos que se encontravam nos Salões Verde e Azul.

Outro fato que apressou a decisão da mesa da Constituinte foi o relatório sobre o que ocorreu na Comissão de Economia e na de Educação, Família e Esporte. Na primeira, a manifestação das galerias foi incontrolável, o que obrigou o presidente da Comissão, deputado José Lins (PFL-CE), a interdita-la. Na segunda, populares intervieram nos trabalhos, que não puderam ser concluídos.

O estudo feito pelo deputado Arbage, 2º vice-presidente da Constituinte, já encaminhado a Ulysses Guimarães, estabelece que o acesso ao plenário é restrito aos constituintes, ex-parlamentares, funcionários em serviço e jornalistas credenciados, em lugares previamente determinados. Todos, excetuando-se constituintes e ex-parlamentares, terão cartão de identificação.

Arbage deseja exigir traje passeio completo para plenário, Salões Verde e Azul, comissões e subcomissões e galerias da Câmara e do Senado. Nestas, porém, é possível que não permaneça a exigência. Contudo, quem nelas ingressar poderá ser revistado e terá que deixar qualquer embaraço com a segurança.

De acordo com o próprio regimento da Câmara e do Senado, a proposta de Arbage proíbe qualquer manifestação das galerias, cujo acesso será feito através de convites. Uma das reclamações mais frequentes da segurança, é de que o controle das galerias é quase impossível porque alguns parlamentares não aceitam as restrições impostas pelo regimento.

AMEAÇAS

Assim que for baixada o ato de resolução da mesa, Arbage o regulamentará através de portaria. Ele pretende tornar expressamente proibido o uso de armas, de qualquer tipo, exceto pelos funcionários da segurança ou policiais em serviço.

Arbage foi informado de que nos últimos 15 dias a segurança do Congresso chegou a apreender revólveres de visitantes, que os portavam ostensivamente. Um dos fatos que mais o impressionaram foi o de que um ex-presidiário esteve em vários gabinetes da Câmara pedindo auxílio. Aos que recusaram, fez ameaças de diversos tipos, frisando que já dera "uns tiros e não custava nada atingir mais alguém".

O objetivo dessas providências é, de acordo com Arbage, evitar que ocorram incidentes graves.

Machado: Convenção do PMDB terá racha

Fortaleza — O coordenador da bancada federal do PMDB cearense, deputado Expedito Machado, admitiu ontem que poderá haver um racha do seu partido durante a convenção nacional, marcada para os dias 18 e 19 de julho, em Brasília. Explicou que a divisão de caráter ideológico, tomando como base que o grupo Centro Democrático hoje "é maioria" dentro do PMDB, cuja tendência poderá ser ainda mais majoritária, com a adesão do que considerou maioria silenciosa. Expedito Machado referiu-se aos deputados e senadores que se têm silenciado diante da disputa dos grupos peemedebistas: os que defendem os cinco anos para o mandato do presidente Sarney, liderados por Ulysses Guimarães e o Centro Democrático, e



Expedito Machado

os que estão ao lado do senador Mário Covas, com os quatro anos para Sarney.

O parlamentar cearense acha que a convenção do PMDB votará a favor dos cinco anos para o mandato do Presidente e a favor do sistema presidencialista.

Negociação marcará a Carta, diz Ibsen

"Nenhum grupo ideológico, econômico ou de defesa de privilégio, tem condição de escrever sozinho a Constituição". A observação foi feita pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), líder em exercício do partido na Câmara e membro da Comissão de Sistematização.

— Mesmo num universo restrito de uma comissão ou de uma subcomissão, a variedade ideológica se expressou de tal modo que os conceitos de direita e de esquerda acabaram por corresponder a duas minorias que, excluindo o setor central do espectro, não foram capazes de preponderar sobre o adversário, nem de sensibilizar os setores intermediários. Isto significa, basicamente, que o texto constitucional terá que ser objeto de negociação política e, conseqüentemente, não será o texto ideal de ninguém em específico. Mas será o texto possível, contendo as concessões mútuas que sempre se fazem em qualquer

espécie de pacto, disse Ibsen.

ROMPIMENTO

Em Recife, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) disse ontem (neste capital), que se sente "livre de qualquer compromisso" com o Governo Federal em virtude de pressões, segundo ela, exercidas pela Presidência da República junto aos constituintes.

Cristina Tavares enumerou motivos concretos para formalizar sua decisão de romper com o presidente José Sarney. O primeiro deles foi a exclusão, pela Constituinte, de propostas formuladas pelo grupo progressista, por "articulações montadas a partir do Palácio do Planalto".

Outro fator foi a proposta do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que "apontou como uma das soluções para eliminar parte da dívida externa o controle, por parte dos credores, de algumas empresas estatais". A isto Cristina Tavares entendeu como "uma troca, por dólares, do esforço nacional".